

MULHERES INTELLECTUAIS EM REVISTAS CULTURAIS: A PROPÓSITO DE *ALMANAQUE* – CADERNOS DE LITERATURA E ENSAIO

MUJERES INTELECTUALES EN LAS REVISTAS CULTURALES: A PROPOSITO DE *ALMANAQUE* – CADERNOS DE LITERATURA E ENSAIO

Mariana Link Martins¹
Cláudia Lorena Fonseca²

RESUMO: Partindo do pressuposto de que as revistas culturais latino-americanas são objetos de investigação para compreender o contexto em que estão inseridas (CRESPO, 2011), este artigo³ tem como objetivo lançar um olhar sobre *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, com foco em seu décimo número, intitulado “Mulher Objeto... de Estudo”, publicado em 1979, identificando-a como um periódico que permitiu a atuação e colaboração feminina, e que abordou em suas páginas questões relacionadas às mulheres de forma coerente com as premissas feministas, contribuindo, assim, para a legitimação das mulheres brasileiras enquanto intelectuais, mesmo no contexto complexo do regime militar brasileiro e considerando a estigmatização dos estudos feministas à época. Para tanto, nos valem das teorias de autoras feministas, como Silvia Federici e Marta Nunes da Costa, além de outros estudiosos, para refletir sobre a emergência das mulheres na cena intelectual.

Palavras-chave: Revistas culturais; mulheres intelectuais; feminismo; *Almanaque – cadernos de literatura e ensaio*.

RESUMEN: Partiendo del supuesto de que las revistas culturales latinoamericanas son objetos de investigación para comprender el contexto en el que se insertan (CRESPO, 2011), este artículo tiene como objetivo lanzar una mirada sobre *Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio*, centrándose en su décimo número, titulado “Mulher Objeto... de Estudos”, publicado en 1979, identificándola como una revista que permitió la actividad y la colaboración femenina, y que abordó en sus páginas temas relacionados con la mujer de manera coherente con las premisas feministas, contribuyendo, así, para la legitimación de las mujeres brasileñas como intelectuales, incluso en el complejo contexto del régimen militar brasileño, y considerándose la estigmatización de los estudios feministas en ese momento. Para tanto, se hará uso de las teorías de autoras feministas, como Silvia Federici y Marta Nunes da Costa, además de otros

¹ Mestranda em Literatura – linha de Literatura, Cultura e Tradução, no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Bolsista CAPES.

² Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Pós-doutorado na Universidad Nacional de Cuyo-UNCuyo-Mendoza, Argentina. Professora Associada na Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Programa de Pós-graduação em Letras.

³ O presente trabalho é parte de uma investigação mais ampla, em andamento, a qual conta com apoio CAPES, e está vinculado ao projeto de pesquisa Revistas Culturais em alguns momentos do século XX - UFPel, colaborando também com o projeto UNAM-PAPIIT-IN403320, da Universidad Autónoma de México.

investigadores, para reflexionar sobre la emergencia de la mujer en el escenario intelectual.

Palabras clave: Revistas culturales; mujeres intelectuales; feminismo; *Almanaque – cadernos de literatura e ensaio*.

1 Introdução

Os estereótipos de gênero construídos ao longo do tempo determinaram que o espaço público pertence aos homens e o privado às mulheres. Mesmo hoje, após consideráveis conquistas do movimento feminista, essa noção ainda persiste. Tais estereótipos são pautados em noções dualistas e estabelecem características e funções específicas para o feminino e para o masculino. As atribuições sociais estipuladas são prejudiciais para todos, mas as mulheres são as mais atingidas, devido ao domínio masculino nas sociedades patriarcais, uma vez que crescem rodeadas por narrativas do imaginário androcêntrico que, de tão emaranhadas nos costumes sociais, acabam sendo concebidas e reproduzidas naturalmente. Essa naturalidade subsidia o aprisionamento feminino em papéis que as convenções sociais tradicionalmente determinam a elas.

A exclusão de figuras femininas da esfera pública, e sua desvalorização social, são comportamentos secularmente condicionados, que se tornam exacerbados com o advento do capitalismo, de acordo com os estudos da filósofa e feminista Silvia Federici (2019). Em seu livro, *O Calibã e a Bruxa* (2019), a autora faz uma reconstrução histórica desde a caça às bruxas, para comprovar que “o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres” (FEDERICI, 2019, p. 30) e que a forma como foi estabelecido definiu uma nova ordem de opressão e silenciamento, “construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções” (FEDERICI, 2019, p. 11).

A lógica patriarcal, portanto, já estava consolidada antes da emergência do capitalismo, porém com outras condições. O modo de produção capitalista tomou forma a partir de tal lógica e a reforçou, o que acabou por suscitar a divisão entre público e privado – ou doméstico –, condição necessária para a manutenção da ordem econômica em questão. Logo, a dominação social masculina tomou outras proporções e estabeleceu estereótipos. Em sua análise do contexto histórico, Federici reflete sobre a nova crença da inferioridade feminina:

Foi estabelecido que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens – excessivamente emocionais e luxuriosas, incapazes de se governar – e tinham que ser colocadas sob o controle masculino. Da mesma forma que ocorreu com a condenação da bruxaria, o consenso sobre essa questão atravessava as divisões religiosas e intelectuais, [...] todos cooperaram constante e obsessivamente com o aviltamento das mulheres (FEDERICI, 2019, p. 202).

A partir das reivindicações e lutas feministas, as mulheres foram encontrando formas de romper o aprisionamento aos papéis que lhe foram tradicionalmente impostos e, de maneira gradual e lenta, avançaram para a esfera pública. Contudo, assim como acontece com todos os grupos de alguma forma marginalizados, a história de conquista dos direitos femininos foi deslegitimada e silenciada. Marta Nunes da Costa (2019), ao refletir sobre os lugares que as mulheres ocupam ou não, principalmente no âmbito intelectual, afirma que o conceito de

legitimidade é imprescindível para compreender a inclusão ou exclusão feminina de determinados espaços, uma vez que é noção central para pensar as democracias contemporâneas e suas promessas de liberdade e igualdade, as quais são constantemente invalidadas frente às exclusões e injustiças sociais.

A filósofa e professora brasileira acrescenta a essas duas ordens – liberdade e igualdade – uma terceira, a promessa de fraternidade. Tal promessa “impõe violentamente a lógica da dominação masculina” (DA COSTA, 2019, p. 175), pois é produzida por homens e destinada a eles, implicando, assim, uma concepção democrática moderna pautada na lógica patriarcal. Da Costa conclui então que “a liberdade e igualdade são possíveis apenas na medida em que se constroem sobre a exclusão do outro, a saber, sobre a exclusão da mulher” (DA COSTA, 2019, p. 175), principalmente dos espaços públicos, meios onde tais promessas vigoram, partindo do pressuposto de que o valor é sempre social. A noção de espaço público, portanto, “foi construída sobre o seu ‘outro’, o ‘espaço privado’, ocupado exclusivamente por mulheres” (DA COSTA, 2019, p. 176).

O meio intelectual é um dos espaços públicos pelos quais as mulheres lutaram muito para conquistar e tornar-se efetivamente parte dele, rompendo, assim, a bolha da esfera privada. Levou muito tempo para se estabelecer a ideia de que mulheres também podem exercer a função intelectual - e assim serem designadas, devido, entre outros motivos, ao tardio direito à educação, mas, sobretudo, à noção estereotipada de que as mulheres são irracionais e emotivas, desprovidas de objetividade e pensamento lógico. Desse modo, até que fossem intensificados os movimentos de reivindicação de direitos pelas mulheres, e que a discussão se instituisse de fato, ser considerado um intelectual era algo reservado exclusivamente aos homens, aqueles dotados da capacidade de pensar, de exercer a atividade crítica, escrever para um público e assim influenciá-lo. Ou seja, atributo masculino por excelência.

Conforme Marta Nunes da Costa (2019): “O homem *fala* e é ouvido; o homem fala porque ele já existe, isto é, ele já é reconhecido como *homem*, i.e, como *igual* e *livre*, *detentor do direito de aparecer* (isto é, *do direito de ser para os outros*); a mulher não” (DA COSTA, 2019, p. 178). Os homens já possuem valor, porque são socialmente reconhecidos, as mulheres devem provar que possuem valor para participar de qualquer campo social, pois para elas não se trata de uma garantia inata, por isso as promessas de liberdade e igualdade da democracia moderna são fraudulentas. O direito de existir deveria ser natural para todos, porém não o é para as mulheres, estas devem conquistá-lo. A filósofa destaca, portanto, que é a partir do ato da fala e da escrita que se dá essa conquista, que as mulheres criam e conquistam o seu direito de existência e passam a ser sujeitos sociais e políticos que participam da vida pública. “O ato da escrita torna-se ato existencial, de afirmação do eu; a criação de uma voz que insistiam em negar, abafar, suprimir, matar, silenciar” (DA COSTA, 2019, p. 178).

Percebe-se então que refletir sobre os espaços que as mulheres ocupam ou não, assim como os papéis que desempenham, é condição necessária para o estabelecimento de uma democracia que não privilegie com suas promessas apenas uma parcela da sociedade. A construção e a consolidação do movimento feminista são a prova de que as mulheres conquistaram e vêm conquistando por si próprias o direito de existir, bem como o reconhecimento de seu valor social.

2 Feminismo, anos de chumbo e a luta por democracia

Os feminismos constituem uma ordem política que defende a democracia, caracterizada pelas reivindicações dos direitos específicos das mulheres, bem como pela luta contra todo e qualquer poder dominante que oprime, exclui e violenta pessoas por suas singularidades, sejam elas de gênero, de sexualidade, de raça ou de classe. Nesse sentido, no Brasil, apesar de essas pautas terem chegado com atraso, e das distinções que apresentam em relação ao seu estabelecimento, se comparado à forma como se consolidou em outros países, o movimento feminista demonstra claramente o combate ao autoritarismo, já que sua formação se intensificou justamente durante a ditadura militar instaurada no país. Nesse momento, as mulheres militantes atuavam em duas frentes: na luta pela equidade de gênero e na busca pela redemocratização do Estado. Contudo, a dupla militância feminista brasileira foi por demais estigmatizada pelos grupos de esquerda, os quais não viam a importância das pautas relacionadas à agenda específica das mulheres diante dos problemas que o país enfrentava. O próprio movimento de esquerda, que clamava por democracia, não a exerceu, uma vez que instituiu uma hierarquização de gênero machista e sexista não apenas ao negar as demandas feministas, mas também ao atribuir às mulheres, em grande parte, tarefas domésticas ou acessórias. Essa desigualdade de atribuições e a desvalorização das discussões feministas não se constituem em fenômenos que se possam atribuir ao acaso, conforme Tamy Amorim da Silva (2019):

Em um primeiro plano, a própria militância era permeada por discursos de virilidade, além do que o pensamento feminista era visto por muitos como ‘pequeno burguês’. Era dupla ameaça: aos homens que perderiam privilégios e à ‘divisão da luta’ contra a ditadura (DA SILVA, 2019, Ed. Kindle: posição 417)

Assim também ocorria nos ambientes intelectuais, nos quais se discutia a resistência ao regime nos anos de chumbo. Por exemplo, os periódicos culturais e literários, em sua grande maioria, tinham um índice de colaboração feminina insignificante, e raras publicações sobre os feminismos – movimento e teoria –, a não ser aquelas que adotavam um tom de deboche e desprezo, como era comum encontrar no jornal *O Pasquim*,⁴ por exemplo. Outros periódicos de resistência,⁵ como a carioca *José – Literatura, Crítica & Arte* (1976-1978), pouco abriam espaço em suas páginas para as mulheres. Contudo, segundo Constância Lima Duarte (2003), a partir do cenário acadêmico e universitário, as mulheres começaram a intensificar a pesquisa e a discussão sobre os feminismos e assim impuseram seu direito de participação nos periódicos:

No final da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980, um movimento muito bem articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras,

⁴ *O Pasquim* foi um periódico que circulou entre 1969 e 1991, reconhecido por seu caráter humorístico e irônico em oposição à ditadura militar brasileira. Céli R. J. Pinto (2003) afirma que o jornal *O Pasquim* era machista e “associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo que fosse ligado ao feminismo” (PINTO, 2003, p. 64). Bernardo Kucinski (1991) lembra que *O Pasquim* associava “feminismo à frustração sexual” (KUCINSKI, 1991, p.70).

⁵ Maria Lucia de Barros Camargo (2010), em seu artigo “Resistência e Crítica: Revistas Culturais Brasileiras nos tempos da Ditadura” expõe quais periódicos culturais caracterizam-se como de esquerda e, portanto, como parte da resistência à ditadura militar. *José, Argumento, Escrita, Movimento, Almanaque: cadernos de literatura e ensaio*, entre outras, fazem parte deste corpus composto pela autora.

promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras (DUARTE, 2003, p. 167).

Esse período – final dos anos setenta, início dos oitenta – foi crucial para a disseminação dos pensamentos feministas. Assim como foi para aqueles que lutavam pelo fim da ditadura militar, isto é, os movimentos de esquerda. E isso se deve ao fato de que em 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, o que acabou por modificar todo o cenário político brasileiro e, conseqüentemente, também o social e o cultural. Tal como sugere Tamy Amorim da Silva (2019), com a abertura política muitas mulheres que estavam exiladas em outros países começam a retornar ao Brasil, promovendo o crescimento do movimento brasileiro.

Por conta desse cenário, as mulheres criaram muitas organizações, grupos e eventos de cunho feminista por todo o país, pois, além dos estímulos de outros países que comemoravam o Decênio da Mulher, as militantes brasileiras empreenderam suas próprias lutas dirigidas, buscando promover suas reivindicações. No mesmo ano, ocorre o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres no país e, a partir de então, o feminismo enquanto campo epistemológico e matriz teórica começa a consolidar-se nos âmbitos acadêmicos e culturais, sobretudo. Assim sendo, o ano de 1979 tornou-se emblemático no que concerne à história brasileira, tanto pela perspectiva da luta pela redemocratização do país, como pelo olhar do movimento feminista, constituindo-se em um divisor de águas, separando dois períodos visceralmente distintos. É nesse ano, também, que observamos o surgimento de um número significativo de publicações voltadas às questões que inquietavam a sociedade naquele momento: proliferam os periódicos de todo tipo, revistas e suplementos literários e culturais, fenômeno que se havia intensificado na década de setenta, representando importante papel durante os anos de chumbo. O final da década testemunha uma gradativa transformação nesse papel de resistência desempenhado pelas revistas culturais, que se havia acentuado nos anos que antecederam o período de abertura política, dando continuidade à sua função como importante veículo de transformação da sociedade.

3 Almanaque em tempos de abertura política: de e sobre mulheres

As revistas culturais e literárias, segundo Regina Aída Crespo (2011), são “consideradas um objeto de estudo central para o conhecimento de aspectos da história, da cultura e da literatura latino-americanas” (CRESPO, 2011, p. 107). São, também, o espaço preferencial de circulação e atividade da figura do intelectual, que emerge na altura em que a esfera pública moderna começa a surgir, de acordo com Cristiano Pinheiro de Paula Couto (2015, p. 4). Partindo dessas noções, portanto, entende-se a importância da análise das revistas literárias e culturais, esse lugar até então majoritariamente masculino de expressão do pensamento. É necessário identificar quais periódicos permitiam não apenas a colaboração feminina, mas sua efetiva participação na própria coordenação das publicações, além de buscar saber quais delas traziam em suas páginas questões relacionadas a esse universo, de forma coerente com as premissas feministas, a fim de compreender a história das mulheres intelectuais no Brasil. Assim, será possível resgatar a sua trajetória na luta pela reivindicação de um espaço de atuação nesse meio, além de suas conquistas.

Nesse sentido, nosso estudo tem por objetivo lançar um olhar analítico sobre a *Revista Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, estabelecendo-a como um periódico acolhedor para as mulheres intelectuais e suas discussões. Sendo uma das primeiras a realizar tal feito, a *Almanaque* abre portas para que outros a sigam, principalmente a partir da publicação de seu número dez, justamente, em 1979, intitulado “Mulher Objeto de... Estudo”. Este será o principal foco deste trabalho, corroborando o pensamento de Pablo Rocca (2007) de que “a revista aponta, sempre, para o futuro. Tem, por assim dizer, uma sorte de olhar bifocal: constrói o presente e levanta a cabeça para tratar de ver o futuro” (p. 5).

A revista *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, publicada pela Editora Brasiliense, circulou entre os anos de 1976 e 1982, durante o período de abertura política da ditadura militar, com um total de catorze números. Coordenada por Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Jr, ambos professores da Universidade de São Paulo, de literatura e filosofia respectivamente, a revista paulista traz em suas páginas ensaios acadêmicos, pesquisas, resenhas, traduções, dissertações de mestrado, teses de doutorado, trechos de livros, além de obras ficcionais e poéticas.

Desde o título até os textos publicados, *Almanaque* pretendia-se uma revista para todos os públicos, diferenciando-se da maioria das revistas culturais que circulavam à época, as quais eram criticadas por seu caráter elitista. De acordo com Renata Praça de Souza Telles (1997):

Almanaque se coloca contra os intelectuais elitistas que transformam a atividade crítica em um jogo de "gênio" e "bosta", e acredita que a imprensa alternativa seja o caminho para um público não tão restrito. Por trás das máscaras o leitor encontra a "verdadeira" *Almanaque*, que foge do cânone elitista, que brinca de se esconder nos disfarces textuais e se revela como uma crítica que não quer ser um objeto limitado ao texto e que através da indústria cultural pretende alcançar o público leitor (TELLES, 1997, p. 27).⁶

No entanto, há que se destacar que *Almanaque* se constituía em uma revista de circulação sobretudo nos meios acadêmicos, vendida em livrarias, o que, de alguma forma, impedia que alcançasse, de fato, todos os públicos. Ainda era restrita, portanto, malgrado a pretensão *democrática*. O fato é que uma revista de crítica literária dificilmente seria consumida por um público não especializado. Mesmo o tom de *informalidade* adotado exigia um conhecimento prévio ou uma familiaridade não apenas com as áreas e temas abordados, mas também com o discurso acadêmico. Tratava-se, de fato, de uma elite acadêmica, aqueles que organizavam e contribuía para sua existência e circulação. Nesse sentido, destaque-se também que, diferentemente da maioria dos periódicos em circulação no momento, e antes e depois deste, *Almanaque* não dependia de patrocínio externo, nem de publicidade, tampouco de assinantes, pois era bancada pela própria editora, de propriedade de Caio Prado Jr, a quem o co-editor da revista estava unido por laços familiares.

A trajetória da revista é dividida em duas fases: na primeira, seus textos abordam diferentes temas e são literários ou ensaísticos, com distintas propostas, privilegiando a literatura e a filosofia. As capas de todos os números têm o mesmo *design* e trazem estampada a

⁶ Para fazer essa afirmação, Renata Praça de Souza Telles (1997) retoma e cita um texto de *Almanaque*, publicado no número 3 da revista, de 1977, intitulado “Crítica da razão elitista”, escrito por Lígia Chiappini Moraes Leite e Flávio Aguiar.

mesma imagem: o desenho de um cérebro atravessado por um parafuso com o título em destaque na parte superior, e com poucas variações, em geral de cor; já na segunda fase, a partir do número nove, em 1979, o periódico passa a ser temático e abre mais espaço para outras discussões para além do literário, como, por exemplo, a psicanálise e a educação. Dessa forma, os últimos seis números da revista, “Pensamento e Política” (1979), “Mulher Objeto de... Estudo” (1979), “Educação ou Desconversa” (1980), “Psicanálise em questão” (1981), “Suplemento literário” (1981) e “Modos menores de ficção” (1982), apresentam capas e subtítulos que ilustram o eixo temático de seus textos.

Grande diferencial, e aspecto em que se destacava *Almanaque*, ao ser confrontada a grande maioria das revistas, era sua coordenação, *co-exercida* por uma mulher, além de possuir uma mesa de redação com destacada presença feminina. Uma das maiores referências dos estudos literários brasileiros nas últimas décadas, professora de Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP, de onde é também egressa, em sua extensa carreira Walnice Galvão dedicou-se principalmente à pesquisa das obras de Guimarães Rosa e de Euclides da Cunha, passando a ser reconhecida mundialmente como especialista na obra desses escritores. Contudo, seu trabalho vai bem além do exercício da crítica literária, pois a intelectual brasileira sempre manteve um diálogo com as questões sociais e políticas de seu tempo a partir de uma perspectiva de resistência, preocupando-se não apenas em refletir sobre esses temas, mas também em posicionar-se, tomar partido e contribuir de alguma forma. O que, segundo a própria autora, não é uma obrigação de todo intelectual, mas é um ato solidário, algo que ela gostaria que todos fizessem.⁷ “Seria muito bom se todas as pessoas se preocupassem com o mundo onde vivem e com as outras pessoas também” (GALVÃO, 2009, p. 13).

Nos anos setenta, por exemplo, Walnice abriu sua casa para um grupo de discussões feministas, pois, conforme relata em conversa com Schneider Carpeggiani para o jornal literário *Suplemento Pernambuco* (2018, p. 19), falar sobre feminismo naquela época, ainda mais considerando-se o contexto de repressão, era muito difícil. Portanto, percebeu a necessidade da existência deste espaço criado para receber mulheres e acolher seu pensamento. Destaque-se que sua iniciativa não se constituiu em um fato isolado, o momento exigia que se pensasse a condição feminina, e foi propício ao debate, o que estimulou a formação e circulação de muitos periódicos alternativos de cunho feminista, dentre os quais destacam-se os jornais paulistas *Brasil Mulher* (1975-1979) e *Nós mulheres* (1976-1978), e a revista *Plural* (1978-1980).

Percebe-se, então, que a estudiosa contribuiu concretamente para que cada vez mais mulheres pudessem emergir e se estabelecer como figuras de destaque nos meios intelectuais. Na revista, muitos dos constantes colaboradores eram autoras e teóricas. A pesquisa já mencionada de Renata Praça de Souza Telles (1997) revela que mais de cinquenta mulheres publicaram seus textos em *Almanaque*, sendo as principais a própria Walnice, seguida por Lígia Chiappini Moraes Leite (também membro da mesa de redação), Marilena Chauí, Maria Malta Campos, Ana Cristina César, Sílvia Maria S. Carvalho, Zulmira Ribeiro Tavares, Heloisa Buarque de Holanda, acompanhadas de muitas outras.

No entanto, chama atenção que, entre os trinta autores mais citados pelas articulistas em seus textos, e ainda ancorada na pesquisa de Telles (1997, p. 131), que faz esse levantamento, não se identifica o nome de nenhuma mulher: a lista começa e termina com nomes de homens. Hegel aparece em primeiro lugar, como o mais citado, e Roland Barthes, em trigésimo. Como a entrada das mulheres no cenário intelectual, de forma mais efetiva ou disseminada, era muito

⁷ Walnice faz essa afirmação em entrevista concedida a Carlos Haag, para a revista Pesquisa Fapesp, em abril de 2009.

recente, e a noção de que não pertenciam a tal espaço ainda vigorava fortemente, é possível afirmar que o fato pode ser considerado como um sintoma dos tempos em que a revista circulava. Tal fenômeno também foi abordado e discutido por Marta Nunes da Costa (2019), que mais uma vez percebe a dualidade público/ privado atrelada à noção de valor como causa:

Se o espaço público é tradicionalmente ocupado por homens, isso reflete-se no nosso aparato teórico e no nosso olhar: o que tem valor está fora; esse fora é ocupado por homens; homens têm (mais) valor; as mulheres não têm (tanto) valor; e mesmo quando aparecem no público a sua presença é desvalorizada, o seu valor é desigual. Esta crença, este dogma, esta leitura estereotipada da realidade atua sem darmos por isso. Olhemos em nossa volta: quantas mulheres na esfera pública são 'referência' nos nossos debates, nas nossas reflexões, no nosso diálogo? Quem faz a mediação entre o nosso pensamento e o pensamento dos outros? (DA COSTA, 2019, p. 176).

A publicação do número dez da revista, “Mulher Objeto... de Estudo” (1979), pode ser interpretada como uma forma de superação desse sintoma, uma vez que em seus textos há referências a Simone de Beauvoir, Virginia Woolf, Margaret Mead, Julia Kristeva, Lou Salomé, Annie Leclerc, Heleieth Saffioti, entre outras pensadoras renomadas. Já citações a teóricas brasileiras são mínimas e isso se deve certamente ao fato de que a teoria feminista ainda não estava consolidada no Brasil nesse período, pois, conforme exposto anteriormente, as feministas do país levaram algum tempo para começar a refletir sobre sua concepção epistemológica e matriz teórica, apesar de observamos que esse quadro vinha sofrendo consideráveis alterações, posto que já havia pensamento feminista no país, e que este começava a se disseminar e circular, sobretudo nos periódicos da imprensa alternativa. Porém, se há poucas referências a pensadoras brasileiras, o mesmo não se pode dizer a propósito de autoras da literatura brasileira, as quais ganham destaque nesse número da revista: aparecem citadas Clarice Lispector, Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa, Isabel Câmara, Adélia Prado, Ana Cristina Cesar, dentre outras.

Sobre a capa da edição temática, produzida por Lilian Osmo, é lícito afirmar que esta contribui para a discussão a respeito da passagem das mulheres da esfera privada à pública. Logo abaixo do título – “Mulher Objeto de... Estudo” – identificamos uma imagem, o desenho de uma mulher sentada em uma poltrona, com *bobs* nos cabelos e com sapatos de salto alto, fazendo tricô. Ela está de costas, apenas seu rosto está virado para trás, e este não possui boca. Seus olhos miram o leitor. A ilustração representa a mulher no ambiente doméstico, sem direito à fala, conforme sugere a omissão da boca, e dedicada apenas às tarefas do lar. Devido ao formato da poltrona, e às agulhas de tricô logo acima, que remetem a antenas, pode-se também imaginá-la dentro de uma televisão, uma metáfora para a mulher enquanto objeto a ser apreciado, um entretenimento masculino. Contudo, sua cabeça virada para trás pode evidenciar um olhar direcionado para fora, para o espaço público, assim como poderia ser vista como as reticências do título: as mulheres deixando de ser objeto de satisfação masculina para construir teorias a respeito de suas condições de existência.

Dos nove artigos publicados na edição, três são de autoria masculina: “Amor; Mulher; Casamento” (pp. 12-18), de Friedrich Nietzsche, traduzido por Sylvia Junghänel e Rubens Rodrigues Torres Filho, o qual coloca em evidência expressões do pensamento nietzschiano sobre as mulheres; “Com a boca na butija” (pp. 54-56), de Antônio Carlos de Brito – o Cacaso, que discute sobre as antologias poéticas organizadas no período com caráter de resistência, e,

por último, “A gandaia e a repressão – piruetas de um delegado de polícia na Primeira República” (pp. 61-65), de Paulo Sérgio Pinheiro, que aborda leis sancionadas para a redução da prostituição feminina, assim como as humilhações e o desprezo sofridos por essas mulheres. Dos três, o texto de Cacaso parece ser o único que não está diretamente relacionado ao tema do número, pois não aborda especificamente temas relativos às mulheres, nem mesmo sobre a autoria feminina ou sua presença – quase ‘não-presença’ – nas antologias de que trata. Sobre os demais, é preciso levar em consideração, ainda, que aqui se trata da visão masculina sobre a condição feminina, além do contexto histórico brasileiro, para se entender porque há homens publicando neste número de *Almanaque*.

Os outros seis artigos foram escritos por mulheres: Sônia Curvo Azambuja, Walnice Nogueira Galvão, Ana Cristina César, Heloisa Buarque de Holanda, Maria Malta Campos, Daisy Malhadas e Silvia M. S. de Carvalho. Além disso, a seção de número cinco da edição, intitulada “Segunda Feira de Poesia” (pp. 37-42), se constitui em uma reunião de poemas de autoria exclusivamente feminina, onde se fazem presentes as poetisas Xênia Antunes, Leticia Moreira de Souza, Eunice Arruda, Lúcia Vilar, Maria Valencise, Leila Mícolis, Alda, Maria Lúcia Alvim, Miriam Chnaiderman, além da constante Ana Cristina Cesar.

Sobre os artigos de autoria feminina publicados na edição, começamos a abordá-los a partir de “Feminismo e Feminilidade: fontes de conflito” (pp. 5-11), de Sônia Curvo Azambuja, em que a autora discute feminismo, feminilidade e suas acepções na psicanálise. Nele, se questiona sobre “onde esteve situada a palavra da mulher desde sempre?” (AZAMBUJA, 1979, p. 5), com base na leitura do livro *Parole de Femme*, de Annie Leclerc, publicado alguns anos antes, em 1974. A psicanalista e pensadora reflete sobre a identidade feminina partindo do caso de uma de suas pacientes, observando que as mulheres são valorizadas pelas suas funções sociais e culturais de acordo com as expectativas masculinas, concluindo que esse problema é de natureza ontológica. Para Sônia, o motivo do feminismo ser tão renegado é porque a divisão entre os sexos está intrínseca à própria mente humana, a qual também é dividida e, assim, representada culturalmente através dos tabus que separam os sexos.

Por sua vez, Walnice Nogueira Galvão comparece com o artigo “Frequentação da donzela-guerreira” (pp.19-31), no qual investiga a representação da figura de donzela-guerreira, personagem que “frequenta a literatura, as civilizações, as culturas, as épocas, a História, a mitologia” (GALVÃO, 1979, p. 19), em diferentes imaginários e sob várias perspectivas. Para tanto, a professora e pesquisadora retoma as histórias de Joana D’Arc, Mu-lan, Iansã, Dafne, Brunhild, entre outras figuras, como exemplares. O texto publicado faz parte de um longo trabalho de Walnice, e se encontra completo no livro *A Donzela-Guerreira: um estudo de gênero*, lançado em 1998. A esse respeito, é interessante destacar que, vinte anos depois de sua publicação, na entrevista com Carpeggiani (2018), ao *Suplemento Pernambuco*, Walnice veio a revelar que dedicou de forma silenciosa essa obra à Iara Iavelberg,⁸ uma mulher intelectual, uma amiga perdida para a ditadura em 1971. Para ela, Iara era uma “donzela-guerreira”, que morreu por enfrentar as guerras criadas por homens. E, assim como todas as “donzelas-guerreiras”, teve um destino, além de trágico, histórico. A autora também relembra que essa ideia de pesquisa surgiu em sua tese de doutorado, em 1972, a partir da análise da personagem Diadorim, de “Grande Sertão: Veredas”. De acordo com Carpeggiani (2018), as personagens literárias e as mulheres da vida real que estavam perdendo suas vidas, como Iara, instalaram-se na imaginação

⁸ Iara Iavelberg morreu aos 27 anos em Salvador. Segundo os militares, Iara cometeu suicídio quando percebeu que seria presa. Porém, anos depois foi constatado que a versão de suicídio era improvável. Iara era psicóloga e professora, militante da extrema esquerda e integrava a luta armada contra a ditadura militar.

de Walnice, que, ao identificar essa representação da mulher guerreira na literatura, dedica-se a explorá-la, constatando que havia apenas dois finais possíveis para essas mulheres: a morte, que é vista como algo positivo, e o casamento, entendido como negativo. A *Donzela-Guerreira: um estudo de gênero* tornou-se um dos trabalhos mais importantes de Walnice Nogueira Galvão.

Já no artigo de Ana Cristina César para a edição, “Literatura e Mulher: essa palavra de luxo” (pp. 32-36), a escritora carioca discorre sobre a poesia brasileira produzida por mulheres no período, indagando principalmente por que sempre existiu um tom exato e um espaço específico para a poesia feminina, evidenciando, também, como a poesia escrita por mulheres é sempre estereotipada, trazendo como exemplo Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, as quais representam um dos consensos de que poesia feminina é bela e sensível, fala de perfume, flor, coração e madrugada. Com isso, a autora indaga: “não haveria por trás dessa concepção fluídica de poesia um sintomático calar de temas de mulher, ou de uma possível poesia moderna de mulher, violenta, briguenta, cafona onipotente, sei lá?” (CÉSAR, 1979, p. 33). Para Ana Cristina, “o feminino só existe na sexualidade, em todos os outros aspectos da vida é o social que domina, é o ser construído pela cultura do meio e da época” (p.33). Afirma ainda que é uma ideia de homens, a bem da verdade, procurar uma poesia feminina. No entanto, em uma *errata* acrescentada pela autora ao final do texto, escrito dois anos antes, esta atualiza a discussão, pois o tomar contato com a poesia produzida por mulheres no período entre a escritura do artigo e sua publicação em *Almanaque*, faz com que reveja algumas posições que para ela se tornaram anacrônicas, concluindo que essa poesia dócil é a do passado, que a nova poesia produzida nos anos setenta por mulheres tinha um caráter militante e, muitas vezes, andava de mãos dadas com o feminismo. Contudo, a poeta percebe que essa noção acaba por novamente estereotipar a escrita feminina, pois segue determinando de maneira precisa o lugar a ser ocupado pelas mulheres poetas, e como deveriam escrever – o exato espaço e tom, considerando-se cada momento ou contexto. E essa é uma polêmica que, pode-se dizer, segue vigente nos debates que se fazem nos meios acadêmicos e, ainda, muitas vezes, fora dele.

Poesia, ainda, e os panoramas cultural e político da década de setenta são tema do artigo “O espanto com a biotônica vitalidade dos 70” (pp. 57-60), de Heloisa Buarque de Holanda. A escritora e crítica literária, definitivamente feminista, falando sobre a poesia marginal e discorrendo sobre várias, e vários, poetas brasileiros, reflete sobre a importância do cenário dos anos setenta, o quanto esses anos se distinguem, de maneira positiva, em relação aos sessenta, destacando sua produção literária e intelectual. E é em relação a esse aspecto que consideramos oportuno destacar um episódio envolvendo a autora, relacionado à sua atividade nos periódicos do período, importante no sentido de se evidenciar os pontos que viemos discutindo. Consideramos como inevitável estabelecer um paralelo entre a contribuição da investigadora carioca para essa edição de *Almanaque* e sua participação em um dos debates promovidos pela revista *José. Literatura, crítica & arte*. Aclaramos, em 1976, Heloisa Buarque organizou a antologia *26 poetas hoje*, uma reunião de poemas escritos por poetas marginais da geração do mimeógrafo, no Brasil da década de setenta. O periódico carioca, em seu segundo número publicado, no mesmo ano de 1976, constituiu uma mesa redonda com diversas figuras do meio intelectual,⁹ com o objetivo de discutir as escolhas da organizadora do livro. Durante o debate, a autora foi diversas vezes interrompida pelos homens partícipes, que explicaram o que ela *quis fazer ou dizer*, sendo que ela estava presente, também convidada, e, muitas vezes, ainda, discordaram de sua visão e colocações. Em diversos momentos, Heloisa fala: “é o que eu queria dizer” ou, “é por aí

⁹ Estavam presentes no debate a própria Heloisa, Ana Cristina César, Geraldo Eduardo Carneiro, Eudoro Augusto, além do conselho editorial da revista, representado por Luiz Costa Lima, Sebastião Uchoa Leite e Jorge Wanderley.

que eu estava pensando”.

Na apresentação do debate, os responsáveis pela revista afirmam que a partir desse encontro, reforça-se a posição de sua linha editorial, a qual, segundo seus editores, é aberta para prosadores e poetas de todas as gerações e tendências. Porém, o conselho editorial presente, inteiramente masculino, não concretizou a promessa de abertura à Heloisa. Em meio a inúmeras e reiteradas interrupções, discordâncias e explicações, a autora foi questionada sobre suas escolhas e, em muitos momentos, não teve espaço para esclarecer seu ponto de vista ou suas posições, enquanto os homens faziam isso por ela. Rebecca Solnit (2017) cunhou dois termos que explicam a constante interrupção masculina quando mulheres estão falando: *mansplaining* e *maninterrupting*. Em seu livro, *Os homens explicam tudo para mim* (2017), a escritora revela diversos momentos em que foi interrompida e silenciada por homens que usavam um tom paternalista, duvidando de sua capacidade intelectual. É o que podemos observar no que diz respeito ao tratamento recebido por Heloisa Buarque em sua participação na discussão promovida pelo periódico carioca coordenado por Gastão de Holanda.

Ainda na mesma direção, é interessante observar também o que ocorre em outro significativo debate promovido pelos editores da revista *José*, desta vez em sua edição de número nove, intitulado “José no espelho” (1977), organizado com o propósito de se discutir os rumos das publicações periódicas, o futuro da revista, e refletir sobre qual seria seu lugar no contexto cultural brasileiro do momento. Trata-se de uma situação semelhante àquela que envolveu Heloisa Buarque de Holanda na mesma revista *José* anteriormente. Na capa da edição são referenciados os nomes dos participantes do debate – grande destaque desse número, tanto aqueles que faziam parte do corpo editorial – Luiz Costa Lima, Jorge Wanderley, Sebastião Uchoa Leite e Gastão de Holanda – quanto os que trariam um olhar de fora para a discussão – Ferreira Gullar, Silviano Santiago e Geraldo Carneiro: todos homens. No entanto, já na segunda página do debate há uma foto de Ferreira Gullar ao lado de Luiza Lobo, ou seja, a poeta e professora brasileira estava presente à discussão, porém não foi apresentada previamente, assim como não foi citada ou questionada por mais de dez páginas, apesar de ter tentado se manifestar antes, timidamente, em um pequeno aparte de duas palavras na sétima página da conversa, o qual se configura, de fato, em uma tentativa, posto que a pergunta que faz tem um efeito apenas retórico, servindo à continuidade do raciocínio de quem se manifestava no momento, Ferreira Gullar, não por acaso um dos participantes externos. A situação perdura até a página onze, quando Luiza impõe-se e pergunta: “Eu posso falar, já que estou aqui?” (LOBO, 1977, p. 11). Depois disso, ela participa de maneira mais efetiva do debate, que segue por mais seis páginas, não na mesma proporção dos demais participantes, e apesar de algumas interrupções.

É fato, os outros participantes não viram necessidade de conceder a palavra à Luiza, nem demonstraram interesse em ouvi-la ou tomar conhecimento de seus posicionamentos em relação às situações e temas tratados, ela teve que forçar sua entrada. Tal atitude não pode ser justificada por sua pouca idade ou experiência. Afinal, à época, Luiza tinha vinte e nove anos, enquanto Geraldo Carneiro, Geralzinho como era chamado pelos homens mais velhos – indicando complacência com o jovem homem –, que participou desde o princípio da discussão, tinha vinte e cinco. Observamos, ao examinarmos não apenas os debates, mas a totalidade de números do periódico, que *José* foi uma revista de intelectuais velha guarda, assentados em perspectivas machistas, como se pode verificar a partir dos dois exemplos citados. Logo, esse recorte sobre os fatos envolvendo Heloisa Buarque de Holanda e Luiza Lobo é essencial, e exemplar, para a análise em questão, uma vez que nosso objetivo é justamente significar a história das mulheres intelectuais brasileiras, bem como sua presença e a recepção de suas ideias

no cenário cultural do período.

Retomando os textos presentes em *Almanaque*, a tradutora Daisi Malhadas, especialista em língua e literatura grega, e a antropóloga Silvia Maria Schmuziger de Carvalho assinam o trabalho “O hino a Deméter e os mistérios eleusinos” (pp. 65-99). A participação de Daisi se dá a partir da tradução de um dos Hinos Homéricos, “Hino a Deméter” – deusa grega detentora do ciclo da vida e da morte, considerada também a deusa da colheita, da fertilidade, da terra cultivada e do direito sagrado, o qual é analisado posteriormente por Silvia. Abrir espaço para a importância do papel do tradutor, discussão que até então não era frequente, é mérito também dos editores do periódico paulista.

Em “Mulher-objeto... de estudo” (pp. 57-60), que empresta seu nome ao título da edição de número dez de *Almanaque*, Maria Malta Campos, pedagoga e doutora em Ciências Sociais, traz o resultado de inúmeras discussões realizadas no primeiro semestre de 1977 sobre a condição feminina por uma equipe de pesquisa da qual ela fazia parte. Porém, em nenhum momento a autora revela o nome de tal grupo. A partir de uma pesquisa no currículo Lattes de Malta Campos, assim como em outras fontes,¹⁰ acredita-se que a investigadora se referia ao grupo de pesquisadores do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. A FCC foi responsável não apenas por estimular a pesquisa sobre a condição das mulheres no Brasil a partir da década de setenta, quando fundou seu núcleo de pesquisa, mas também por financiar muitos grupos de investigação. Heloisa Buarque de Holanda, na apresentação do livro por ela organizado, *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto* (2019), aponta o papel da Fundação para os estudos feministas no Brasil:

Outro fator contextual decisivo no desenvolvimento e na formação dos estudos feministas no Brasil foi a atuação da Fundação Carlos Chagas, sem dúvida uma das maiores responsáveis pela consolidação dessa área de conhecimento. Foi a Carlos Chagas que, em São Paulo, promoveu desde 1974 seminários sobre a mulher, estimulando a pesquisa na área. Foi ela também, a Fundação Carlos Chagas, que em 1977 obteve o apoio da Fundação Ford e lançou o Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizando, ao longo de 20 anos, oito concursos de alcance nacional e apoiando 170 projetos de pesquisa em várias áreas disciplinares. [...] Os trabalhos desenvolvidos nos concursos da Carlos Chagas reafirmam o panorama mais geral dos estudos acadêmicos sobre gênero. Ou seja, a concentração no campo da Sociologia, Antropologia e Ciência Política, e seus temas prioritários como a mulher na força de trabalho, saúde reprodutiva, violência doméstica e o aborto (HOLANDA, 2019, pp. 16-17).

Em seu artigo publicado em *Almanaque*, Campos discute os tópicos: “a oposição entre sujeito e objeto de análise”; “a oposição entre a importância relativa das contradições de sexo frente às contradições de classe social”; “a oposição entre uma visão psicológica e uma visão sociológica do tema” e “a oposição entre pensamento e ação”. A autora coloca em pauta questões que dificultavam os estudos feministas, como o envolvimento pessoal, uma vez que as mulheres são teóricas/pesquisadoras e objetos de análise, o que acaba levantando questionamentos acerca da validade de seus trabalhos. Também destaca a linha tênue que

¹⁰ No site da Fundação Carlos Chagas consta o nome de Maria Malta Campos como colaboradora sênior do Departamento de Pesquisas Educacionais, desde que foi instituído.

separa estudos e atitudes, um dilema que ainda hoje vigora: onde começa a militância? A investigadora conclui que ainda não tem resposta para o dilema, mas afirma que a ação feminista deve ir além da “atividade acadêmica pura e simples” (CAMPOS, 1979, p. 60).

Além de tratar dessas questões, Malta Campos pondera ainda sobre a importância de se pensar as pautas feministas de acordo com os recortes de classe, relatando diferentes perspectivas sobre o assunto. Seu texto pode ser lido como uma síntese dos impasses que constituíam os estudos feministas no Brasil naquela época, principalmente pela distância entre as mulheres que estavam escrevendo e discutindo sobre o tema nos países europeus e as latino-americanas de terceiro mundo, que viviam uma realidade totalmente diferente. Tendo isso em mente, a autora constata que “[...] o trabalho intelectual sobre a condição da mulher do terceiro mundo teria de ser sempre realizado de forma a ligar o problema feminino aos outros problemas do subdesenvolvimento” (CAMPOS, 1979, p. 59).

A última parte da edição temática é composta por indicações de livros da editora Brasiliense lançados em 1979 que partem de estudos sobre mulheres, comprovando, assim, que a edição segue diferentes caminhos para divulgar os trabalhos sobre o tema. O primeiro livro é *Mulher Brasileira – Bibliografia Anotada*, produzido pela já citada Fundação Carlos Chagas, e o segundo é *Ser Esposa: a mais antiga profissão*, de Danda Prado.

4 Considerações finais

A partir da análise dos textos selecionados, é possível perceber que não apenas há mulheres escrevendo e sendo publicadas em *Almanaque*, mas, conforme o próprio título sugere, há estudos sendo feitos sobre as mulheres. Entretanto, é preciso contextualizar o que são esses estudos na perspectiva feminista. Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (2019) reconstróem a história dos estudos feministas no Brasil e comentam que as mulheres não estiveram totalmente ausentes dos estudos sociais ao longo do tempo. Reflexões acerca das mulheres e da condição feminina sempre ocorreram, pautadas, porém, por um discurso androcêntrico, o que minimizava, assim, sua importância para a história, para a superação da condição de subalternidade feminina e para o estudo das ideias. A partir de então, com o movimento feminista e sua constituição enquanto teoria, as mulheres passaram a ser estudadas enquanto sujeitos da história e agentes sociais:

Trata-se da descoberta de um problema para investigação científica, descoberta realizada sob o impacto do movimento social de mulheres, por parte de pesquisadores que compartilham ou não da opção feminista. A pertinência do interesse pelo tema é conferida pelo movimento externo às instituições científicas. É o feminismo que legitima o tema enquanto problema científico. Os novos estudos sobre a mulher, ainda em busca de identidade própria, estão marcados pela existência do feminismo como parâmetro simbólico (COSTA; BARROSO; SARTI, 2019, pp. 123-124).

O objetivo de estudar sobre a condição feminina é refletir sobre sua existência e os lugares que ocupam ou não as mulheres, assim como os papéis que desempenham, com pontos de vista, sejam eles sociais, culturais ou políticos, que manifestem uma clara crítica à naturalização da desigualdade de gênero e tenham a intenção de modificar os cenários onde

elas são oprimidas, silenciadas e excluídas. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio* encontrou-se com essa perspectiva, principalmente ao publicar a edição “Mulher Objeto de... Estudo”, mas também ao longo de todos os números publicados, anteriores e posteriores à edição de número dez, por não apenas dar espaço às mulheres, mas também por se tratar de um projeto com protagonismo feminino em sua concepção, produção e direção. Sem dúvida, a coordenação feminina de Walnice Nogueira Galvão contribuiu para que assim fosse e a revista se estabelecesse, perdurando o suficiente para que, para além da resistência à ditadura, objetivo primeiro da publicação em sua primeira fase, passasse à resistência no que concerne a outras questões fundamentais no âmbito das ciências humanas. Seu conselho, constituído também por um número significativo de mulheres acadêmicas, em equilíbrio com os nomes masculinos, deu suporte a esse projeto. Lígia Chiappini, por exemplo, foi presença constante, e de muito destaque, atuando inclusive na coordenação de um dos números do periódico.

É lícito afirmar que *Almanaque - Cadernos de Literatura e ensaio* pode ser considerada pioneira entre as publicações de mesma natureza, isto é, revistas culturais e literárias, ao dar visibilidade à produção intelectual de mulheres, evidenciando o papel relevante e decisivo que exerciam nos meios acadêmico e social, marcando seu espaço. É evidente que, antes dela, muitas contaram com a contribuição feminina em suas páginas, porém, muito pouco em suas mesas de redação e, mais raramente ainda, formando parte de grupos de intelectuais atuantes nesses veículos, com voz, pelo menos. Por isso a importância de se destacar esse periódico, o qual coloca em relevo um debate que na sociedade do período já se evidenciava urgente, e incontornável. Sem possibilidade de voltar atrás, tampouco de interromper o processo, o tema acabou por se tornar recorrente nas publicações periódicas do período de transição democrática, e a discussão se ampliou, ocupando quase todos os espaços da sociedade a partir de então.

Almanaque foi uma revista cultural e literária que compactuava com os ideais de esquerda e resistiu culturalmente ao regime militar, tal como garante Maria Lucia de Barros Camargo (2010). Com seu caráter democrático, a revista paulista cumpriu as promessas de igualdade e liberdade, por legitimar as mulheres enquanto intelectuais e também por buscar não restringir seu público e acreditar no acesso à informação para todos. Sua posição precursora pode ser vista como referência para os periódicos que a sucederam, bem como para todo o meio intelectual brasileiro.

Referências

AZAMBUJA, S. Feminismo e feminilidade: fonte de conflito. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, São Paulo, n. 10, pp. 5-11, 1979.

BRITO, A. C. de. Com a boca na botija. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, São Paulo, n. 10, pp. 54-56, 1979.

CAMARGO, M. L. Resistência e Crítica: Revistas Culturais Brasileiras nos tempos da Ditadura. *Boletim de Pesquisa Nelic*, Florianópolis, n. 15, v. 10, pp. 4-33, 2010.

CAMPOS, M. M. Mulher-objeto... de estudo. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, São Paulo, n. 10, pp. 57-60, 1979.

- CARPEGGIANI, S. A guerreira volta a apontar suas armas: as relações entre história vivida e literatura na obra de Walnice Nogueira Galvão. *Suplemento Pernambuco*. Uma ditadura nunca acaba: da nossa literatura em anos de chumbo. Pernambuco, n. 152, pp. 18-21, 2018.
- CÉSAR, A. C. Literatura e mulher: essa palavra de luxo. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaios*, São Paulo, n. 10, pp. 32-36, 1979.
- COSTA, A.; BARROSO, C.; SARTI, C. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? HOLANDA, H. B. (org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- COSTA, M. N. A mulher como intelectual pública. *Revista Diaphonia*, Toledo, n. 1, v. 5, pp. 175-181, 2019.
- COUTO, C. P. Revistas político-culturais como cifra da história intelectual latino americana. *História, imagem e narrativas*, Rio de Janeiro, n. 20, pp. 1-15, 2015.
- CRESPO, R. A. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella. (orgs). *Cadernos de Seminários de Pesquisa: volume II*. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.
- DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 49, v. 17, pp. 151-172, 2003.
- FEDERICI, S. *O calibã e a bruxa*. São Paulo: Elefante, 2019.
- GALVÃO, W. *A Donzela-Guerreira: um estudo de gênero*. São Paulo: Senac, 1998.
- GALVÃO, W. A donzela guerreira. [Entrevista concedida a] Carlos Haag. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 158, pp. 10-15, 2009. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2009/04/A-donzela-guerreira.pdf>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2021.
- GALVÃO, W. Frequentação da Donzela-Guerreira. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaios*, São Paulo, n. 10, pp. 19-31, 1979.
- HOLANDA, H. B. Apresentação. In: HOLANDA, Heloisa B. (Org.) *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HOLANDA, H. B. et al. Debate: poesia hoje. In: *José*, São Paulo, n. 2, pp. 2-9, 1976.
- HOLANDA, H. B. O espanto com a biotônica vitalidade dos 70. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaios*, São Paulo, n. 10, pp. 43-53, 1979.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- MALHADAS, D.; CARVALHO, S. M. S. O hino a Deméter e os mistérios eleusinos. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaios*, São Paulo, n. 10, pp. 65-99, 1979.
- NIETZSCHE, F. Amor; mulher; casamento. Tradução de Sylvia Junghähnel e Rubens Rodrigues Torres Filho. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaios*, São Paulo, n. 10, pp. 12-18, 1979.
- PINHEIRO, P. S. A gandaia e a repressão – piruetas de um delegado de polícia na Primeira República. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaios*, São Paulo, n. 10, pp. 61-65, 1979.
- PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

ROCCA, P. Por que, para que uma revista. Tradução de Doralicia Furtado da Rosa e George Luiz França. *Boletim de Pesquisa Nelic*. Florianópolis, n. 10, v.7, pp. 1-22, 2007.

SILVA, T. A. O feminismo veio para ficar... Nós não vamos sair mais. In: WOLFF, C. S.; ZANDONÁ, J.; MELLO, S. C. (orgs). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerda no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019. Edição Kindle.

SOLNIT, R. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017.

TELLES, R. S. T. *Glória Póstuma: Almanaque objeto de estudo*. Dissertação (mestrado em Letras - Teoria Literária) - Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, pp. 201. 1999.

Periódicos citados

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio. São Paulo, 1976-1982.

Argumento. Rio de Janeiro, 1973-1974.

Brasil Mulher. São Paulo, 1975-1980.

Escrita. São Paulo, 1975-1988.

José. Rio de Janeiro, 1976-1978.

Movimento. São Paulo, 1975-1981.

Nós Mulheres. São Paulo, 1976-1978.

O Pasquim. Rio de Janeiro, 1969-1989.

Plural. São Carlos, 1978-1980.

Recebido em: 01/12/2020

Aceito em: 03/02/2021